

**DESAFIOS CONJUNTURAIS DA CONSTRUÇÃO DE  
UM PROJETO NACIONAL POPULAR E  
DEMOCRÁTICO NO BRASIL**

[CHALLENGES CONJUNCTURES OF BUILDING A NATIONAL  
DEMOCRATIC AND POPULAR PROJECT IN BRAZIL]

Roberto Marinho Alves da Silva

*Doutor em desenvolvimento sustentável e professor associado da Universidade Federal  
do Rio Grande Norte  
(E-mail: rmas2007@gmail.com)*

Ronalda Barreto Silva

*Doutora em Filosofia e História da Educação e professora adjunta da Universidade do  
Estado da Bahia  
(E-mail: ronaldabarreto@uol.com)*

Recebido em: 13/03/2018. Aprovado em: 25/05/2018

## Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil

SILVA, Roberto Marinho Alves da  
SILVA, Ronalda Barreto

**Resumo:** O Brasil vive hoje o aprofundamento de uma forte ofensiva neoliberal decorrente de mais uma ruptura institucional em 2016, conduzida pelas elites políticas e econômicas representativas do capital nacional e internacional, com suporte parlamentar, midiático e jurídico que fragilizou o estado democrático de direito e impôs graves retrocessos sociais e econômicos ao povo brasileiro. Nesse contexto, as forças populares e democráticas são desafiadas a intensificar os processos de mobilização social e de disputa eleitoral com o desafio de retomada da democracia e defesa de direitos já conquistados, além de avançar na construção de um projeto nacional popular. O presente artigo pretende contribuir com a análise da recente trajetória da sociedade brasileira, tendo por foco os dilemas e conquistas para enfrentamento das desigualdades sociais, enquanto base para um “projeto social de nação”.

**Palavras-chave:** Conjuntura nacional. Desigualdade social. Projeto popular.

**Abstract:** Brazil lives now deepening the strong neoliberal offensive due to another institutional rupture in 2016, conducted by political and economic elites which are representatives of national and international capital, with parliamentary, mass media and judiciary support, that fragilized the democratic state of law and imposed serious social and economic regressions to Brazilian people. Within this context, popular and democratic forces are challenged to intensify their processes of social mobilization and electoral dispute with the challenge of returning democracy and defending the already acquired rights, in addition to advance building a popular national project. This article is willing to contribute with the recent Brazilian society course analysis, focusing in dilemmas and achievements to fight against social inequalities, while it's a base to a "social project of nation".

**Keywords:** National conjuncture. Social inequality. Popular project.

## **Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil**

SILVA, Roberto Marinho Alves da  
SILVA, Ronalda Barreto

### **INTRODUÇÃO**

O povo brasileiro continua com o grande desafio de construir e sustentar um projeto social, nacional e popular de desenvolvimento que possibilite a superação das desigualdades sociais, a realização de suas capacidades criativas e produtivas em harmonia com a natureza e o fortalecimento da participação cidadã nos destinos da nação.

Na atual conjuntura, esse desafio passa pelo imediato reestabelecimento das instituições democráticas e da retomada do desenvolvimento com soberania nacional, tendo em vista que o Brasil vive hoje o aprofundamento de mais uma crise política, social e econômica decorrente de uma ruptura institucional, maquiada por um processo de impedimento da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016. A crise teve seus primeiros sinais em 2013 e aprofundou-se a partir de novembro de 2014, conduzida pelas forças de oposição inconformadas com a derrota eleitoral para a Presidência da República, ainda que representando outras forças, a exemplo do empresariado nacional e internacional. Trata-se de uma forte ofensiva neoliberal, com suporte parlamentar, midiático e jurídico que fragilizou o estado democrático de direito e que vem promovendo uma verdadeira regressão civilizacional, com a degradação de valores básicos de sociabilidade e de solidariedade. A cultura do ódio tem sido disseminada pela mídia e forças de extrema direita, produzindo um senso comum de caráter fascista que atinge duramente a defesa dos direitos humanos e promove o aumento da violência, repressão e criminalização dos movimentos sociais.

**Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil**

SILVA, Roberto Marinho Alves da  
SILVA, Ronalda Barreto

O fato é que a crise institucional no Brasil assumiu características de um golpe de estado que alterou as regras de funcionamento das instituições democráticas do estado de direito para promover mudanças no poder político sem a legitimidade da soberania popular: “Sinteticamente, golpe de estado é uma mudança institucional promovida sob a direção de uma fração do aparelho de Estado que utiliza para tal de medidas e recursos excepcionais que não fazem parte das regras usuais do jogo político” (BIANCHI, 2016). Dessa forma, o golpe de 2016 permitiu a abertura de uma verdadeira "caixa de maldades contra o povo brasileiro", impondo rapidamente uma agenda de flexibilização e redução de direitos sociais e trabalhistas, acompanhada de um forte congelamento no orçamento das políticas sociais com a precarização dos serviços públicos, expressando o ideário neoliberal de um "estado mínimo para os pobres e máximo para as elites" que se completa com as privatizações e a dilapidação do patrimônio nacional entregue ao capital internacional por preços irrisórios.

Por outro lado, amplia-se a resistência social diante da truculência de setores conservadores e da atuação do judiciário e do governo ilegítimo que afronta aos direitos constitucionais recém-conquistados pela sociedade brasileira. Movimentos sociais, partidos políticos de *esquerda* e frentes populares denunciaram fortemente o golpe. Além da denúncia e da intensificação dos processos de mobilização social pela retomada da democracia no Brasil, essas forças políticas democráticas e populares se integram, cada vez mais, em torno de uma agenda de lutas contra as reformas privatistas e a redução dos direitos sociais. Além disso, foram definidas estratégias mais amplas para retomar processos participativos de formulação de um projeto nacional de caráter popular. A Frente Brasil

## **Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil**

SILVA, Roberto Marinho Alves da  
SILVA, Ronalda Barreto

Popular, por exemplo, apresentou, em maio de 2017, um "Plano Popular de Emergência" (FBP, 2017) contendo propostas para enfrentamento da crise e convocou um "Congresso do Povo" em 2018, propondo à população o debate sobre a conjuntura e a criação de saídas para problemas locais e nacionais: "um grande mutirão de trabalho de base utilizando uma metodologia de educação popular em todo o território nacional que culminará no Congresso do Povo".

Coloca-se, então, o desafio e a oportunidade de avançar na construção de um projeto nacional popular e democrático para o Brasil. Para tanto, faz-se necessário resgatar a recente trajetória brasileira do período da redemocratização dos anos 1980 até o momento atual, buscando compreender, nos diferentes contextos, as forças que impulsionam e as que restringem o enfrentamento das desigualdades sociais e econômicas com fortalecimento da democracia. O presente artigo contém uma leitura dessa trajetória recente e oferece subsídios para compreensão e debate da complexa conjuntura na qual estamos inseridos.

### **1. O CONTEXTO DA REDEMOCRATIZAÇÃO: DOS AVANÇOS CONSTITUCIONAIS DE 1988 ÀS RESTRIÇÕES DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS**

A questão da desigualdade social, nas suas diversas formas e expressões, é fundamental para compreensão dos dilemas globais e da sociedade brasileira, pois expressa a disputa em torno da repartição da riqueza gerada socialmente. No contexto mundial temos a constatação de que apenas 1% da parcela mais rica da população detém uma riqueza maior

**Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil**

SILVA, Roberto Marinho Alves da  
SILVA, Ronalda Barreto

que os outros 99% juntos. O estudo divulgado pela Oxfam desnuda essa realidade ao mostrar que oito pessoas ultramilionárias detêm a mesma riqueza que as 3,7 bilhões de pessoas mais pobres do mundo. No Brasil, considerado o 10º país mais desigual do mundo, a situação é ainda mais grave: "No início de 2017 os seis maiores bilionários do País juntos possuíam riqueza equivalente à da metade mais pobre da população" (OXFAM, 2017, p. 21).

Tal realidade expressa padrões históricos de concentração de riquezas, acompanhada de acúmulos de *déficits* sociais, com repercussões nas péssimas condições de vida da maioria da população. Para um país que conquistou posição elevada entre as maiores economias do mundo<sup>1</sup>, a manutenção de parte significativa da população em condições de pobreza e de extrema pobreza é uma questão estrutural do modelo hegemônico de desenvolvimento capitalista. Embora as raízes das desigualdades no Brasil tenham sido semeadas durante a nossa formação social colonial, quando se inaugurou quase quatro séculos de escravidão, o avanço da concentração da riqueza resultou também do recente processo nacional de modernização.

Singer (1986) demonstra que, entre 1960 e 1980, durante o período do regime ditatorial militar, houve uma redução da renda apropriada pelos mais pobres de 24,9% para 19,6%, enquanto que a renda dos mais ricos subira de 39,6% para 47,7% do total. A repartição da renda extremamente desigual foi um dos legados sociais do regime ditatorial militar e marcou profundamente o país: "O pico da desigualdade de renda ocorreu em 1989, final do Governo Sarney, quando o piso da renda dos 5% mais ricos

---

<sup>1</sup> Em 2011, o Brasil alcançou o posto de 6ª maior economia do mundo ao ultrapassar o Reino Unido.

**Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil**

SILVA, Roberto Marinho Alves da  
SILVA, Ronalda Barreto

correspondia a 79 vezes o teto da renda dos 5% mais pobres" (ARRETCHE, 2015, p.1).

Tal realidade explica porque, no contexto da redemocratização nacional em que foi se formando uma extensa agenda política, econômica e social de mudanças, o enfrentamento das desigualdades tornou-se uma das prioridades para os movimentos sociais e demais forças progressistas, de modo que, durante a Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988) foram criados, garantidos e ampliados direitos civis, políticos e sociais. A redução das desigualdades tornou-se um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, conforme expresso no inciso III do art. 3º da Constituição de 1988: “[...] erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (BRASIL, 1988).

Mesmo que marcada pelos seus limites e contradições, a Constituição Federal possibilitava ampliar a intervenção social do Estado, oferecendo novas bases para o reconhecimento de direitos dos trabalhadores<sup>2</sup>, prevendo mecanismos de participação e controle social nas políticas públicas e criando um novo padrão de proteção social, conforme expresso no art. 194 da Constituição, ao definir a seguridade social enquanto “conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988).

No entanto, logo após a promulgação da Constituição Federal, ficou clara a contradição entre os avanços sociais constitucionalmente

---

<sup>2</sup> O Art. 6º da Constituição Federal reconhece como direitos sociais: “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados”.

**Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil**

SILVA, Roberto Marinho Alves da  
SILVA, Ronalda Barreto

previstos e as políticas neoliberais orientadas por estratégias privatizantes e de desmonte do Estado e das suas políticas sociais para ajustar a economia brasileira aos interesses da reestruturação produtiva do capital ou, "em outros termos, de uma nova modalidade do regime de acumulação, um regime mundializado sob a égide financeira, consolidado a partir de políticas de liberalização e de desregulamentação" (SILVA, 2001, p.157).

Com a rearticulação do bloco conservador no poder que garantiu a eleição de Fernando Collor de Melo com seu vice Itamar Franco, em 1989 e, posteriormente, nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, os processos de regulamentação e de implantação dos serviços, benefícios e ações da seguridade social foram caracterizados por tensionamentos, pela lentidão e pelas restrições de acesso, isso em um contexto dramático de estagnação econômica, com elevado desemprego e consequente aumento da pobreza e da desigualdade social no país, nos anos 1990. Constata-se "uma perspectiva de retração dos investimentos públicos no campo social, seu reordenamento e pela crescente subordinação das políticas sociais às políticas de ajuste da economia, com suas restrições aos gastos públicos e sua perspectiva privatizadora" (YAZBEK, 2012, p. 303).

Tal situação expressa a adesão dos governos brasileiros às reformas neoliberais expressas no chamado "Consenso de Washington"<sup>3</sup>, com suas medidas de ajuste fiscal e de limitação da intervenção do Estado para por

---

<sup>3</sup> O Consenso de Washington é uma lista de políticas elaborada em 1989 por técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos e por acadêmicos norte-americanos, como sendo as medidas adequadas para promover o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, como o Brasil. Desde então, o FMI e o Banco Mundial passaram a exercer forte pressão sobre esses países para implementação dessas medidas como condição de concessão de empréstimos.

**Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil**

SILVA, Roberto Marinho Alves da  
SILVA, Ronalda Barreto

fim à crise da dívida externa, à estagnação econômica e aos altos índices inflacionários. Na verdade, essa perspectiva neoliberal vinha sendo formulada desde o final da 2ª Guerra Mundial até a década de 1970, em oposição ao keynesianismo e ao *welfare state*, ou seja, contra a intervenção do Estado na regulação da economia, atuação em setores estratégicos e no oferecimento de serviços sociais. A doutrina desenvolvida por Hayek e Milton Friedman tinha “o objetivo de atacar as restrições que o Estado intervencionista impunha à economia, as quais, em sua opinião, seriam o caminho da servidão” (SILVA, 2001, p. 160).

A prioridade para a estabilidade econômica com base no equilíbrio orçamentário e fiscal era desfavorável às reformas sociais constitucionalmente previstas no campo da proteção social na esfera pública estatal. Além disso, a centralidade do mercado na condução da política econômica resultou em um Estado enfraquecido, com baixa capacidade de regulação e de intervenção econômica e social, com degradação de seu aparato administrativo, acelerada abertura de mercado e privatização de empresas estatais.

A despeito da comemorada estabilização monetária alcançada com o Plano Real, a economia nacional ficou praticamente “estacionada” com crescimento econômico pífio diante de taxas de juros escorchantes, elevado desemprego, renda *per capita* estagnada, aumento do endividamento interno e externo e a financeirização da economia, em que o capital financeiro tornou-se dominante e se apropria da riqueza criada na produção e dos juros sobre as dívidas pública e privada.

Nesse sentido, um aspecto importante, relativo à implementação de políticas oriundas do Consenso de Washington, expressa-se na análise dos

## **Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil**

SILVA, Roberto Marinho Alves da  
SILVA, Ronalda Barreto

seus ideólogos a respeito do “lento crescimento econômico em toda a América Latina, nos anos 90 e início dos anos 2000, buscando responder “O que saiu errado?” (WILLIAMSON e KUCZYNSKI, 2004). Os autores apontam que, talvez, a omissão mais notória tenha sido não tornar o mercado de trabalho mais flexível e ressaltam o “poder” dos sindicatos, sobretudo os sindicatos de professores e do funcionalismo público, como obstáculo das reformas que deveriam ser implementadas. Aqui apresenta-se uma luta fundamental que se trava atualmente na sociedade brasileira, entre a manutenção e ampliação de direitos ou a realização das "contrarreformas" neoliberais com a retirada e redução dos direitos sociais para atender aos interesses do capital, conforme veremos adiante.

## **2. A PERSPECTIVA NEODESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL DO SÉCULO XXI**

Os mandatos do Partido dos Trabalhadores, entre 2003 e 2016, foram marcados pelas contradições de um governo de coalizão entre forças representativas do capital e do trabalho que representa uma inflexão na trajetória das políticas neoliberais da década de 1990, mas sem romper frontal e integralmente com as políticas de estabilização monetária do período anterior, de garantia de *superávit* primário, do regime de metas de inflação e do câmbio flutuante, entre outras. A “Carta ao Povo Brasileiro”, apresentada pelo PT em julho de 2002, em um contexto de fragilidades econômicas decorrentes do fracasso das políticas neoliberais e que poderiam ser agravadas pelas especulações eleitorais, expressou exatamente

**Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil**

SILVA, Roberto Marinho Alves da  
SILVA, Ronalda Barreto

a negação de uma postura de ruptura para adoção de uma transição progressiva para um novo modelo de desenvolvimento.

Passado o período inicial de governo, foi possível avançar nas tentativas de retomada do desenvolvimento nacional em novas bases, rompendo com a ortodoxia neoliberal: "a construir um Novo Desenvolvimentismo, um novo padrão de desenvolvimento substancialmente distinto tanto do neoliberalismo quanto do antigo nacional-desenvolvimentismo predominante no passado" (MERCADANTE, 2010, p. 17). O que se passou a chamar de neodesenvolvimentismo e também de sociodesenvolvimentismo expressa essa tentativa de compatibilizar o crescimento econômico com a redução da desigualdade social, ou seja, de articulação de políticas macroeconômicas associadas a programas sociais de promoção de igualdade de oportunidades.

Outras características desse modelo era a busca de inserção soberana no mercado com acúmulo de reservas externas e diversificação de parceiros comerciais; a formação de *superávits* na balança comercial com uma intensa modernização da produção industrial orientada para as exportações e para o consumo interno. A dinamização do mercado consumidor interno deveria ocorrer com os aumentos constantes do salário mínimo, de programas sociais de transferência de renda, dos investimentos em infraestrutura (Plano de Aceleração do Crescimento - PAC), da ampliação das oportunidades de emprego e da expansão do crédito, entre outros fatores. O fortalecimento e a intervenção do Estado foram fatores primordiais para criar as oportunidades de investimentos, conforme ressalta Pochman (2010, p. 41):

## Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil

SILVA, Roberto Marinho Alves da  
SILVA, Ronalda Barreto

A partir do governo Lula, o Brasil passou a demonstrar importantes sinais de transição do neoliberalismo para o modelo social-desenvolvimentista. A identificação básica de que o Estado faz parte das soluções dos problemas existentes não implicou reproduzir os traços do velho modelo nacional desenvolvimentista vigente entre as décadas de 1930 e 1970. Pelo contrário, assistiu-se à reafirmação da soberania nacional, com profunda reorientação na inserção internacional, seja pela passagem da condição brasileira de país devedor para a de credor de organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional, seja pela formação de significativas reservas externas, seja pelo redirecionamento do comércio externo e da cooperação técnica para o âmbito das relações Sul-Sul. Dessa forma, as crises externas deixaram de expor a sociedade brasileira às mesmas fragilidades e dificuldades impostas durante a vigência do modelo neoliberal.

De fato, o Brasil vivenciou aumento das taxas de crescimento econômico e melhorias nos indicadores sociais, fortalecendo a proposta de um novo desenvolvimentismo. O desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) melhorou e foi acompanhado pela redução da taxa de desemprego e pelo aumento do rendimento médio real da população ocupada. O PIB saltou de US\$ 507,96 bilhões, em 2002, para US\$ 2,616 trilhões, em 2011, quando o Brasil alcançou a condição de 6ª maior economia do mundo, conforme dados do Banco Mundial<sup>4</sup>. Em 2014, marco da atual crise institucional, o PIB Nacional era de US\$ 2,456 trilhões. O PIB *per capita* mais que triplicou, passando de R\$ 7.600,00, em 2002, para R\$ 24.100,00, em 2011. Com a melhoria econômica, as reservas internacionais do Brasil aumentaram de US\$ 37,6 bilhões, em dezembro de 2002, para US\$ 373,4 bilhões em dezembro de 2014<sup>5</sup>. Outros indicadores fundamentais na economia são os de forte ampliação do crédito e a redução da taxa de juros

---

<sup>4</sup> Consulta realizada no sítio do Banco Mundial. Disponível em <https://data.worldbank.org/country/brazil?locale=pt>

<sup>5</sup> Consulta realizada no Banco Central do Brasil. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/?rp20150102>

**Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil**

SILVA, Roberto Marinho Alves da  
SILVA, Ronalda Barreto

(Selic/Copom) que passou de 24,9% ao ano em dezembro de 2002, para 7,14% em dezembro de 2012<sup>6</sup>.

Alinhadas com a melhoria do ambiente econômico, a ampliação do emprego e a política de valorização do salário mínimo (SM) foram fatores fundamentais para ampliação do mercado consumidor interno, produzindo uma situação favorável na economia nacional capaz de reduzir os impactos internos da crise internacional que se instalou em 2008. A taxa de desemprego medida pela PME/IBGE caiu de 12,9% para 4,3% entre dezembro de 2002 e dezembro de 2014<sup>7</sup>. Conforme o IBGE (2014, p. 127/128), a formalização do emprego foi uma constante nesse período: em 2004, o número de trabalhadores em empregos formais era de 37,4 milhões e, em nove anos, esse número aumentou 47,8%, passando para 55,3 milhões.

Quanto ao salário mínimo, verifica-se que passou de US\$ 66,78, em dezembro de 2002, para US\$ 308,09, em dezembro de 2014, atingindo diretamente 48 milhões de pessoas<sup>8</sup>. Os aumentos reais no SM foram fundamentais para que o Brasil, entre 2004 e 2014, conseguisse reduzir a extrema pobreza em pelo menos 63%, segundo análise do IPEA (2015). Isso porque, além de referência para o trabalho assalariado, o SM é o piso dos benefícios previdenciários que foram garantidos na Constituição de

---

<sup>6</sup> Consulta realizada no Banco Central do Brasil. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/Pec/Copom/Port/taxaSelic.asp#notas>

<sup>7</sup> Consulta realizada no IPEADATA disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/exibeserie.aspx?serid=38401>

<sup>8</sup> Consulta realizada no Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE. Disponível em <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>

**Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil**

SILVA, Roberto Marinho Alves da  
SILVA, Ronalda Barreto

1988, tendo sido ampliado o acesso aos mesmos pela parcela mais pobre da população, sobretudo à previdência social nas áreas rurais.

Da mesma forma, os programas de transferência de renda foram fortalecidos, com destaque para o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que passou de 346 mil para 4,3 milhões de beneficiários entre 1996 e 2016, e para o Programa Bolsa Família (PBF) que atende a parcela extremamente pobre do país, tendo alcançado, em maio de 2016, mais de 13,8 milhões de famílias<sup>9</sup>. Deve-se considerar também que foram expandidos os recursos aplicados nas políticas sociais, a exemplo da educação, cujos investimentos passaram de 3,74% do PIB, em 2002, para 6,0%, em 2014<sup>10</sup>. O fato é que o Brasil melhorou seus indicadores sociais, principalmente aqueles que dizem respeito à redução da pobreza extrema e ao aumento da capacidade de consumo interno das camadas pobre e média da população, com o crescimento da aquisição de bens duráveis e o acesso a serviços públicos essenciais: "o processo de redução da pobreza caminhou junto com a redução das desigualdades de acesso a direitos, serviços e bens, fundamentalmente para os mais pobres" (CAMPELO, 2017, p. 70).

Apesar desse dinamismo social e econômico gerar empolgação, Castelo (2012) ressalta que o novo desenvolvimentismo surgiu no século XXI enquanto uma estratégia de manutenção da hegemonia burguesa na condução do desenvolvimento nacional. Porém, diferente da ideologia do nacional desenvolvimentismo da década de 1950, a intervenção estatal tendia a ser moderada, não devendo obstruir o investimento privado, mas

---

<sup>9</sup> Consulta realizada no MDS em maio de 2016 disponível em [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/simulacao/layout/teste/miv\\_novo.php](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/simulacao/layout/teste/miv_novo.php)

<sup>10</sup> Consulta realizada no sítio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/indicadores-financeiros-educacionais>

## Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil

SILVA, Roberto Marinho Alves da  
SILVA, Ronalda Barreto

atuando enquanto um instrumento de impulso do setor dinâmico da economia. Ou seja, mantendo a primazia do mercado e seus mecanismos de produção da riqueza. Dessa forma, a política econômica foi orientada para manter o *déficit* estatal reduzido, estimulando a competitividade com taxas de juros decrescentes e elevadas taxas de câmbio em favor do setor exportador, o que exigiu também o comprometimento dos trabalhadores com ganhos de produtividade e a estabilidade social com controle e moderação nas reivindicações, sobretudo salariais, como subsídios às exportações industriais (KATZ, 2016). Finalmente, apesar de conter propostas incluídas e de atuar com medidas de redução de desigualdades, o modelo não continha, nem permitia a realização de reformas estruturais que possibilitassem avançar na desconcentração das riquezas.

Apesar de dialogar com os Governos Lula e Dilma, respaldando os avanços em algumas políticas sociais, os movimentos sociais expressavam suas críticas ao modelo neodesenvolvimentista, reconhecendo nele a continuidade de um padrão de desenvolvimento da ordem capitalista no País, operada por uma frente política ampla com hegemonia do capital. Isso explica, por exemplo, a forte adesão e mobilização de jovens estudantes, de partidos políticos e outras organizações de *esquerda* críticas ao Governo Federal no início das manifestações de 2013, exigindo mudanças nos padrões das políticas de educação, de saúde, de transporte etc.:

Para além das manifestações de junho de 2013, o que temos hoje (e que irá prosseguir) é a explicitação dos limites do padrão de desenvolvimento capitalista implantado no país desde 2002 sob a direção da frente política do neodesenvolvimentismo sob inspiração do lulismo. As manifestações sociais expõem uma demanda reprimida de necessidades sociais e carecimentos radicais candentes do proletariado urbano brasileiro – incluso camadas médias assalariadas. Na verdade, o sistema democrático-

**Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil**

SILVA, Roberto Marinho Alves da  
SILVA, Ronalda Barreto

político da ordem burguesa no Brasil (e nos países capitalistas mais desenvolvidos) está paralisado há tempos em sua capacidade de dar respostas efetivas às demandas coletivas por reformas sociais (ALVES, 2013).

Tornou-se claro que o modelo neodesenvolvimentista encontra seus limites no próprio Estado, ou seja, na incapacidade de ampliar significativamente os ganhos sociais dos trabalhadores (que reivindicam acesso a uma maior parcela da renda e aos serviços públicos de melhor qualidade) e de operar reformas contrárias aos interesses das frações dominantes. Para isso, seria necessário que o governo rompesse efetivamente com essas frações das elites dominantes, para ter sustentação e governabilidade baseadas em outra configuração de frente política vinculada a um bloco de poder popular. No entanto, como se sabe, os quatro mandatos do Partido dos Trabalhadores na Presidência da República expressam apenas certo deslocamento do centro do bloco do poder, com uma ampla frente política que articulava parte da burguesia nacional e setores representativos da classe trabalhadora, o que não significava a construção de um novo bloco no poder com protagonismo das forças populares. Mesmo quando a crise se aprofundou após as eleições de 2014, a Presidenta Dilma tentou reconstruir sua base de apoio junto aos setores empresariais com políticas econômicas mais próximas da ortodoxia neoliberal e, mesmo assim, a coalizão se rompeu.

Dessa forma, apesar das críticas e rupturas essenciais, não partiu dos movimentos sociais críticos ao Governo o processo que resultou na instauração da atual crise institucional. O rompimento se deu exatamente no polo oposto, pelas frações da burguesia representativa do capital nacional (agrário, comercial, industrial e financeiro) que haviam aderido à

### **Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil**

SILVA, Roberto Marinho Alves da  
SILVA, Ronalda Barreto

frente política que dava sustentação aos governos de Lula e Dilma, além dos interesses do capital internacional com seus aliados internos. Para levar adiante seu projeto de manutenção do poder central alinhado aos seus interesses, ou seja, sem as contradições de um governo de coalizão comandado pelo Partido dos Trabalhadores, as elites políticas e econômicas dominantes buscaram capturar a insatisfação popular, contando com amplo apoio da mídia, a partir de uma narrativa "moralista", de combate à corrupção da operação "lava jato". Os graves problemas nacionais foram canalizados para essa "única causa" e para um "único culpado": os governos petistas, escamoteando a raiz desses problemas, criando uma ambiência para o avanço das forças conservadoras.

### **3. CRISE INSTITUCIONAL E RETROCESSOS SOCIETÁRIOS NO BRASIL ATUAL**

Além dos limites e contradições do neodesenvolvimentismo, a ruptura interna da frágil frente política de sustentação do governo da Presidenta Dilma Rousseff está relacionada a um complexo conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais. Já ressaltamos as dificuldades e limites de atendimento das demandas e das expectativas de superação das carências sociais e econômicas de camadas médias assalariadas urbanas, fragilizando a base de coesão social que havia sido construída nos momentos favoráveis de crescimento econômico articulado à melhoria do emprego, da renda e da ampliação das políticas sociais.

Parte desses limites decorre do agravamento do cenário econômico global que se tornou desfavorável aos países emergentes ou em

**Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil**

SILVA, Roberto Marinho Alves da  
SILVA, Ronalda Barreto

desenvolvimento. Além da redução no volume de novos investimentos estrangeiros no Brasil, a partir de 2014, verifica-se uma queda dos preços das *commodities* acompanhada da redução da demanda global. Em 2015 a situação se agravou, segundo notícia oficial da Agência Brasil (EBC, 2016): "Entre os produtos afetados pelo fenômeno da queda de preços estão o minério de ferro, complexo soja e petróleo bruto. Segundo o Secretário de Comércio Exterior, eles responderam, juntos, por cerca de 70% da queda total das exportações brasileiras em 2015". De modo geral, os limites do mercado externo revelaram a forma de inserção dependente do Brasil no mercado mundial, mesmo com as tentativas de diversificação de parceiros comerciais.

A piora do cenário internacional para a economia brasileira tornou-se uma oportunidade para nova investida dos EUA que há muito demonstrava sua insatisfação com as articulações entre os países emergentes, a exemplo dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e dos países latino americanos na UNASUL. Ao analisar a situação geopolítica do golpe de 2016, Pepe Escobar esclareceu que o Brasil encontrava-se no epicentro de uma "Guerra Híbrida" que se caracteriza por formas sutis de provocar conflitos e uma maciça desestabilização política e econômica dentro de um país alvo com a finalidade de "destruir projetos conectados transnacionais multipolares". Dessa forma, nada mais confortável aos EUA que o enfraquecimento e desarticulação dos emergentes com o potencial que isso poderia significar do ponto de vista de desequilíbrio da hegemonia global:

Os países do BRICS (Brasil Rússia, Índia, China e África do Sul) – uma sigla/conceito amaldiçoada no eixo Casa Branca-Wall Street – só tinham de ser os primeiros alvos da Guerra Híbrida. Por uma miríade de razões,

## **Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil**

SILVA, Roberto Marinho Alves da  
SILVA, Ronalda Barreto

entre elas: o plano de realizar comércio e negócios em suas próprias moedas, evitando o dólar norte-americano; a criação do banco de desenvolvimento dos BRICS; a declarada intenção de aumentar a integração na Eurásia, simbolizada pela hoje convergente “Rota da Seda”, liderada pela China – Um Cinturão, Uma Estrada (OBOR, na sigla em inglês), na terminologia oficial – e pela União Econômica da Eurásia, liderada pela Rússia (EEU, na sigla em inglês) (ESCOBAR, 2016).

No mercado interno, a retração na produção teve rápido reflexo na redução do consumo com queda nas taxas de emprego e forte perda de arrecadação fiscal. A queda do PIB, de 3,8% em 2015, refletia a situação do país, com aumento do desemprego, redução da renda e retração do crédito, provocando uma queda no consumo das famílias. Com a redução do nível de atividade e da arrecadação de impostos, o Governo Federal promoveu um ajuste fiscal com cortes de investimentos e elevação da taxa de juros "tendo como objetivo resgatar a confiança do mercado e voltar a realizar *superávits* primários. Isso, como sabido, eleva o total de juros a ser pago e, num quadro de recessão, aumentará significativamente a relação dívida/PIB e principalmente a proporção juros pagos e PIB" (MARQUES E ANDRADE, 2016, p. 393).

A situação econômica foi contaminada e agravada ainda mais pela crise institucional. O desgaste político do governo que teve início com as mobilizações de 2013 e com o aproveitamento midiático para tal fim, avançou em 2014 em uma acirrada disputa eleitoral. Passadas as eleições, desde o anúncio da vitória da Presidenta Dilma com 51,64% dos votos, a oposição derrotada não lhe deu trégua e contou com o apoio de um Congresso Nacional eleito em 2014 com perfil extremamente conservador. A perda da base de apoio no Congresso se agravou com a eleição de Eduardo Cunha do PMDB para a presidência da Câmara Federal que

**Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil**

SILVA, Roberto Marinho Alves da  
SILVA, Ronalda Barreto

passou a ameaçar o poder executivo com as chamadas "pautas bombas" incentivadas pela oposição.

Mas o principal fator político mobilizador contra o Governo do PT foi a chamada "Operação Lava Jato" que vinculou a corrupção nos contratos das estatais, sobretudo da Petrobras, às principais lideranças políticas do Partido dos Trabalhadores e do Governo, omitindo a vinculação da corrupção com partidos e lideranças da oposição. O fato é que o ambiente de crise política prejudicou o funcionamento de instituições, reduziu governabilidade e atingiu a economia: "a Operação Lava-Jato envolve setores de atividade importantes, tendo 23 grandes empresas do setor energético e da construção civil, empregando quase 500 mil trabalhadores se consideradas em conjunto com suas quase 50 mil empresas prestadoras de bens e serviços. Tais empresas correspondem a 13% do PIB brasileiro" (MARQUES E ANDRADE, 2016, p. 399).

A mobilização realizada pela Operação Lava Jato tem respaldo na complexidade da mentalidade comum vigente na sociedade brasileira, bem explicada por Jessé de Souza (2017) pela via do acesso e manipulação dos capitais econômico, cultural e social, o que determina a posição de poder e prestígio das elites. No que se refere às relações pessoais, a crença de que o "jeitinho brasileiro" determina a corrupção "endêmica" que afeta o País e é visto como marca de nosso atraso pré-moderno, da continuidade com Portugal. Pressuposto inquestionável que domina todas as classes sociais e que fundamenta o prestígio da referida Operação. Segundo o autor, o conceito fajuto de "jeitinho" esconde o trabalho da dominação de alguns sobre outros ao pressupor que todos o usam, criando generalizações que

**Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil**

SILVA, Roberto Marinho Alves da  
SILVA, Ronalda Barreto

esconde a raiz de todas as desigualdades que é o acesso desigual aos capitais econômico e cultural:

A classe média vai tender – do mesmo modo como os ricos fazem com o dinheiro – a perceber o conhecimento valorizado como algo que deve ser exclusivo à sua classe social. Sua participação nos golpes contra as classes populares tem muito a ver, portanto, com estratégias de reprodução de privilégios e muito pouco com moralidade e combate à corrupção. (SOUZA, 2017, p. 56)

O cenário político passou a ser marcado pela presença de movimentos com características conservadoras e fascistas que passaram a criminalizar pessoas que assumiam posição de "esquerda", os movimentos sociais e entidades de defesa de direitos humanos, as mulheres (misoginia), entre outras vítimas do ódio que ia sendo propagado diariamente pelo país. A propagação do ódio, determinada, sobretudo, pela postura política da imprensa, tem seu fundamento na lógica de produção das mercadorias simbólicas: a informação e o conhecimento, “momento decisivo da decadência da reflexão racional como recurso societário”. Dessa forma, “A lógica da maximização do lucro, aplicada à produção dos bens simbólicos desvirtua o próprio valor de uso do bem cultural, que é desenvolver a capacidade reflexiva” (SOUZA, 2017, p. 72).

Na esteira da crise, o PMDB iniciou suas artimanhas políticas para conquistar a adesão de setores de oposição ao governo, apresentando propostas para a crise no documento intitulado “Ponte para o Futuro”. Lançado em novembro de 2015 pela Fundação Ulysses Guimarães, vinculada ao partido, o documento apresenta um diagnóstico da situação política, econômica, social e fiscal do Brasil e elenca as mesmas propostas de soluções para a crise que estavam previstas no "Consenso de

**Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil**

SILVA, Roberto Marinho Alves da  
SILVA, Ronalda Barreto

Washington", o que pressupõe desmontar os fundamentos da Constituição Federal de 1988, minimizando a atuação do Estado e atacando os direitos sociais, conforme comentaremos adiante.

As lideranças do PMDB atuavam de forma contraditória, algumas expondo a falsa intenção de continuar contribuindo com o governo legítimo, outras atuando claramente para enfraquecer o governo. O PT, buscando desesperadamente recuperar as condições de governabilidade, ampliou e fortaleceu ainda mais a presença do PMDB na composição ministerial, contando com uma parte da base partidária que “prometia” lealdade. Mas o rompimento estava já em andamento, com o partido fazendo as contas e apostando suas fichas na possibilidade de ascender ao poder executivo com a queda da Presidenta Dilma Rousseff. O vice-presidente da República, Michel Temer, eleito em 2014, participou ativamente da articulação do processo de impeachment da Presidenta e assumiu o poder sem a legitimidade das urnas, tendo, hoje, um dos maiores índices de rejeição da história do País.

Embora essa realidade expresse o esgotamento da pactuação ou da coalizão que deu base para os governos do PT de 2003 a 2013, deve-se considerar os interesses dos setores econômicos do capital nacional e internacional no apoio efetivo ao golpe institucional. É perceptível o interesse das multinacionais do petróleo na mudança nas regras de exploração das reservas do "pré-sal". Percebe-se que o Brasil não é um caso isolado no contexto político latino americano onde organizações internacionais e empresas nacionais apoiam lideranças liberais e conservadoras, financiam campanhas midiáticas e mobilizações para

**Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil**

SILVA, Roberto Marinho Alves da  
SILVA, Ronalda Barreto

desestabilizar governos de perfil democrático e popular<sup>11</sup>. A importância da mídia nesse processo se dá em virtude de ser porta voz desses interesses, na conquista da opinião pública, com o fim de legitimar a invasão da esfera privada sobre a esfera pública, infringindo, inclusive, dispositivos legais na perspectiva de realizar uma grande manipulação política, no processo de passagem da imprensa de opinião para a imprensa como negócio, segundo Souza (2017, p. 72):

Como conciliar o acesso democrático à informação com os interesses privatistas da maximização do lucro e da expropriação do trabalho coletivo? Por conta disso, a mudança estrutural da esfera pública nos séculos XIX e XX está intimamente relacionada com a mudança estrutural da sua instituição mais importante: a imprensa.

Consolidado o golpe, esses interesses econômicos ficaram cada vez mais claros. O Governo Temer e seus aliados impuseram, de imediato, uma mudança estrutural, de longo prazo nas finanças públicas, limitando as despesas sociais da educação, saúde, assistência social, habitação, ciência e tecnologia, entre outras, justificando que a origem da crise estava nos gastos sociais e na expansão dos serviços públicos. A Emenda Constitucional 95/2016 congelou por 20 anos os gastos sociais do Governo Federal, modificando os critérios para cálculo das despesas mínimas que passam a ser corrigidos pela variação da inflação do ano anterior, sem aumento real. Já as despesas financeiras, de pagamento da dívida e dos juros da dívida pública, permanecerão como está, ou seja, consumindo cerca de 44% do

---

<sup>11</sup> "Esfera de influência: como os libertários americanos estão reinventando a política latino-americana". Reportagem publicada em <https://theintercept.com/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estao-reinventando-a-politica-latino-americana/>

**Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil**

SILVA, Roberto Marinho Alves da  
SILVA, Ronalda Barreto

Orçamento Geral da União. Para Araújo (2016), essa medida, exclui os gastos sociais da dinâmica econômica e canaliza todo o crescimento da economia para pagamento das despesas financeiras: "No fundo, estaremos tirando recursos dos mais pobres para pagar os bancos e as grandes empresas. Simples assim".

Além do ajuste fiscal, as demais "reformas" propostas e conduzidas pelo governo ilegítimo e seus aliados no Congresso Nacional expressam um "programa econômico do mercado". A começar pela flexibilização total da terceirização e na reforma trabalhista, com a perda de direitos históricos (em alguns casos, voltamos à realidade do Séc. XIX), com redução das atribuições dos sindicatos, o enfraquecimento da Justiça do Trabalho e da fiscalização. A agenda da "Ponte para o futuro" também contém propostas de "reforma" da previdência pública que restringe o acesso a direitos, sobretudo aos mais pobres, cujo rendimento não permite o pagamento de planos privados de previdência, ao mesmo tempo em que preserva privilégios dos sonegadores<sup>12</sup>. De modo geral, essas iniciativas expressam uma regressão civilizacional no campo da proteção social com a desresponsabilização do Estado:

O que o governo Temer e acólitos estão fazendo, neste sentido, através da reforma trabalhista, é ajustar o Brasil a essa tendência contemporânea de pretender acabar com o ser coletivo, própria da sociedade pós-industrial e de um Estado descompromissado com o dado nacional. (SANTOS, 2017, p. 36)

---

<sup>12</sup> Conforme o relatório final da CPI da Previdência (SENADO FEDERAL, 2017, p. 183): "a dívida da previdência em âmbito federal reconhecida chega a um montante de mais de R\$ 450 bilhões".

**Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil**

SILVA, Roberto Marinho Alves da  
SILVA, Ronalda Barreto

O ajuste fiscal implicou no desmonte de políticas públicas com perspectivas emancipatórias, com a extinção e rebaixamento de órgãos governamentais e a drástica redução orçamentária de políticas que haviam sido conquistadas pelos movimentos sociais e que expressavam a ampliação de direitos para segmentos da população historicamente excluída: mulheres, jovens, catadores e catadoras de materiais recicláveis, população em situação de rua, população negra, indígenas e outros povos e comunidades tradicionais, entre outros.

Além do ajuste fiscal, a agenda econômica do governo ilegítimo de Michel Temer inclui programas de privatização de empresas estatais e de desnacionalização, com desregulamentação de atividades econômicas estratégicas em benefício das empresas privadas nacionais e internacionais, a exemplo da exploração de petróleo, com mudanças na legislação do pré-sal, alargando o espaço para atuação das grandes petrolíferas norte-americanas. Outros setores estratégicos nacionais como o de geração de energia também estão sendo transferidos para empresas internacionais. Recentemente, o governo ilegítimo expressou sua intenção de venda de ações preferenciais da Embraer que poderá ser controlada pela poderosa Boeing dos EUA.

Ao analisar essas políticas, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães (2017), chama a atenção para a aderência dessas medidas às políticas neoliberais propostas no "Consenso de Washington", que vão desde a disciplina fiscal, passando pela abertura comercial e eliminação das restrições ao investimento direto estrangeiro, inclusive com a privatização de empresas estatais, até a flexibilização e eliminação de direitos sociais. Esta é também a constatação da economista Maria da Conceição Tavares

**Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil**

SILVA, Roberto Marinho Alves da  
SILVA, Ronalda Barreto

ao alertar para os retrocessos nacionais que estão contidos nas reformas sociais e econômicas impostas ao povo brasileiro a partir do golpe de 2016:

Com o neoliberalismo não vamos a lugar algum. Sobretudo porque, repito: historicamente o Brasil nunca deu saltos se não com impulsos do próprio Estado. Esses últimos dois anos têm sido pavorosos, do ponto de vista econômico, social e político. Todas as reformas propostas são reacionárias, da trabalhista à previdenciária. Vivemos um momento de “acerto de contas” com Getúlio, com uma sanha inquisidora de direitos sem precedentes. Trata-se de um ajuste feito em cima dos desfavorecidos, da renda do trabalho, da contribuição previdenciária, da mão de obra. O Brasil virou uma economia de rentistas, o que eu mais temia. É necessário fazer uma eutanásia no rentismo, a forma mais eficaz e perversa de concentração de riquezas. (TAVARES, 2017, p. 203)

Os indicadores econômicos e sociais expressam o alto preço pago pela população mais pobre do país. Entre 2015 e 2016, segundo a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2017, p. 13), o PIB *per capita* e o consumo das famílias decresceram 8,4% e 7,4%, respectivamente, sendo estas as maiores quedas de ambos indicadores na série histórica coordenada pelo Instituto. Em grande parte, essa piora nas condições de vida, sobretudo da parcela mais pobre, advém do aumento do desemprego, conforme recentemente divulgado pelo IBGE (2018): no quarto trimestre de 2017, a taxa de subutilização da força de trabalho (que agrega os desocupados, os subocupados por insuficiência de horas e os que fazem parte da força de trabalho potencial) ficou em 23,6%, o que representa 26,4 milhões de pessoas. Para se ter uma idéia do agravamento dessa situação, basta lembrar que no quarto trimestre de 2014 essa taxa era de 15%.

A volta do Brasil ao “Mapa Mundial da Fome” da FAO/ONU, do qual havia saído em 2014, é uma realidade iminente. Mas a crise, é claro, não é para todos: entre março de 2016 e março de 2017, segundo o relatório

## **Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil**

SILVA, Roberto Marinho Alves da  
SILVA, Ronalda Barreto

da Oxfam (2018), o Brasil ganhou 12 novos bilionários, passando de 31 para 43. Segundo o estudo, o patrimônio somado dos bilionários brasileiros chegou a US\$ 549 bilhões em 2017, com crescimento de 13% em relação ao ano anterior, enquanto que os 50% mais pobres do país viram sua participação na fatia da renda nacional ser reduzida ainda mais, de 2,7% para 2%.

### **4. DILEMAS E DESAFIOS PARA AVANÇAR NA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO NACIONAL POPULAR.**

A reação ao golpe de 2016 por parte dos movimentos populares e de outros setores políticos e culturais da sociedade brasileira, inclusive com a criação de frentes amplas (Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo), não conseguiu barrar o retrocesso político, mas permanece a mobilização popular diante da afronta aos direitos sociais. Por isso mesmo, esses espaços de resistência estão sendo claramente atacados e criminalizados na sociedade. Além dos movimentos sociais e partidos de esquerda, com destaque para o linchamento público do Partido dos Trabalhadores, a inteligência representada pela universidade brasileira e seus intelectuais, também são alvos de perseguições jurídicas e midiáticas, de acordo com o *modus operandi*. Em um primeiro momento, com ataque predominantemente ideológico através da intervenção na educação básica e superior e, no segundo momento, com ataque predominantemente repressivo, com o uso do poder jurídico e de polícia. Em relação à atuação do poder judiciário, Santos (2018) alerta para os graves riscos de distorção

**Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil**

SILVA, Roberto Marinho Alves da  
SILVA, Ronalda Barreto

das bases jurídicas processuais e constitucionais a partir da Operação Lava Jato:

O desenvolvimento concreto da Operação Lava Jato e das operações satélites está a revelar que a certeza dos processos, que é garantida pelo respeito de boa fé pelas regras processuais (criminais, civis, administrativas, etc.), está a ser comprometida por procedimentos discricionários que não são corrigidos nem nas instâncias de recurso nem nas instâncias disciplinares. O objetivo desta crescente incerteza dos processos visa, tal como na democracia, conseguir a certeza dos resultados, no caso, a condenação de um acusado de alto perfil que o império e as elites conservadoras nacionais querem varrer da luta política e apagar da memória democrática do país.

Nesse contexto, a luta contra o golpe e suas reformas privatistas, ganha importância substancial, sobretudo através da “participação popular”, ou seja, de iniciativas de organização e de atuação política de movimentos sociais, associações de moradores, lutas sindicais etc., com formas de pressão direta como mobilizações sociais, greves, ocupações, marchas etc., combinadas com as estratégias de incidência nos espaços e mecanismos de participação e controle social como conferências, conselhos, ouvidorias, audiências públicas etc. As estratégias das forças políticas do campo popular democrático para as eleições de 2018 também são fundamentais, considerando a necessidade de renovar e ampliar sua presença nos espaços legislativos, sobretudo no Congresso Nacional, conquistar mandatos populares no poder executivo em âmbito estadual e retomar, com a legitimidade da soberania popular, o mandato nacional na Presidência da República que foi surrupiado pelas elites.

Além de intensificar os processos de mobilização social e de disputa eleitoral, com o desafio de retomada da democracia e defesa de direitos já

**Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil**

SILVA, Roberto Marinho Alves da  
SILVA, Ronalda Barreto

conquistados, é preciso avançar na construção de um projeto nacional popular para o Brasil. A conjuntura indica claramente que a garantia de direitos sociais básicos e o acesso a serviços essenciais (moradia, oferta de água, saúde e educação, entre outros), requerem um projeto de nação que faça prevalecer os critérios políticos públicos sobre os interesses e a lógica econômica privada dos mercados, enquanto um “projeto social” que priorize a efetiva melhoria das condições de vida da maioria da população: “fruto da realização de um projeto, expressão de uma vontade política” (FURTADO, 1984, p. 12). Eis o grande desafio que devemos enfrentar.

**Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil**

SILVA, Roberto Marinho Alves da  
SILVA, Ronalda Barreto

## REFERÊNCIAS

EBC - Agência Brasil. **Superávit é 'positivo' mesmo com queda nas exportações, diz secretário.** Publicado em 04/01/2016. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-01/superavit-e-positivo-mesmo-com-queda-nas-exportacoes-diz-secretario>

ALVES, Giovanni. **Os limites do neodesenvolvimentismo.** Blog da Boi Tempo, 22/10/2013. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2013/10/22/os-limites-do-neodesenvolvimentismo/>

ARAÚJO, Tânia Bacelar. **A PEC 55 (antiga 241), é a máquina brasileira de produzir desigualdade.** Instituto Humanitas/Unisinos e Adital, 2016. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/562338-tania-bacelar-a-pec-55-antiga-241-e-a-maquina-brasileira-de-produzir-desigualdade>

ARRETCHE, Marta (org.) **Trajетórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos.** São Paulo: Unesp, 2015.

BIANCHI, Alvaro. **O que é um golpe de Estado.** Blog Junho, 26 mar. 2016. Disponível em [blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/](http://blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/)

BRASIL, República Federativa. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

CAMPELLO, Tereza (Coord.). **Faces das Desigualdades no Brasil.** Um olhar sobre os que ficam para trás. Rio de Janeiro: CLACSO/FLACSO, 2017.

CASTELO, Rodrigo. **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro.** Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, 112, p. 613-636, out./dez. 2012.

ESCOBAR, Pepe. **O Brasil no epicentro da Guerra Híbrida.** Revista Outras Palavras, 30 mar. 2016. Disponível em

**Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil**

SILVA, Roberto Marinho Alves da  
SILVA, Ronalda Barreto

<https://outraspalavras.net/brasil/o-brasil-no-epicentro-da-guerra-hibrida/>

FBP - Frente Brasil Popular. **Plano Popular de Emergência**. São Paulo: FBP, 2017. Disponível em <http://frentebrasilpopular.org.br/acao/plano-popular-de-emergencia-5b24/>

FURTADO, Celso. **Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento**. Revista de Economia Política, São Paulo, v.4, n.3, p. 5-14, jul.-set.1984.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Meireles e o Consenso de Washington**. Publicado em 31/08/2017. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/henrique-meirelles-e-o-consenso-de-washington-por-samuel-pinheiro-guimaraes>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2014**. Série Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica número 34. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91983.pdf>

\_\_\_\_\_. **Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2017**. Série Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica número 34. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>

\_\_\_\_\_. **PNAD Contínua Tri: subutilização da força de trabalho é de 23,6% no 4º tri e fecha 2017 em 23,8%**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20117-pnad-continua-tri-subutilizacao-da-forca-de-trabalho-e-de-23-6-no-4-tri-e-fecha-2017-em-23-8.html>

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Nota Técnica da PNAD 2014 - breves análises**. Brasília: IPEA, 2014.

**Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil**

SILVA, Roberto Marinho Alves da  
SILVA, Ronalda Barreto

[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/151230\\_nota\\_tecnica\\_pnad2014.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/151230_nota_tecnica_pnad2014.pdf)

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo e socialismo**. São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abramo, 2016.

MARQUES, Rosa Maria; ANDRADE, Patrick Rodrigues. **Brasil 2003-2015: balance de una experiencia “popular”**. In ESTAY, Jaime (coord.). *La Economía Mundial Y América Latina, ante la continuidad de la crisis global*. Puebla, Mexico: Clacso e Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2016. (p. 383 - 404).

MERCADANTE, Aloísio. **As bases do novo desenvolvimentismo: análise do governo Lula**. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - IE Unicamp, Campinas, 2010.

OXFAM Brasil. **A distância que nos une. Um retrato das desigualdades brasileiras**. Relatório da OXFAM 2017. Disponível em: [https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio\\_A\\_distancia\\_que\\_nos\\_une.pdf](https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_une.pdf)

\_\_\_\_\_. **Recompensem o trabalho, não a riqueza**. Documento informativo da OXFAM – Janeiro de 2018. Disponível em: [https://www.oxfam.org.br/arquivos/recompensem\\_o\\_trabalho\\_nao\\_a\\_riqueza.pdf](https://www.oxfam.org.br/arquivos/recompensem_o_trabalho_nao_a_riqueza.pdf)

POCHMANN, Márcio. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **O Epílogo da conciliação: a supremacia do "eu" sobre o "nós"**. Revista Insight-Inteligência, ano XX, n. 79, out.-dez. de 2017, p. 31-46. Disponível em: <http://insightinteligencia.com.br/pdfs/79.pdf>

SANTOS, Boaventura de Souza. **A democracia brasileira na encruzilhada**. Revista Carta Maior, 12/02/2018. Disponível em <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-democracia-brasileira-na-encruzilhada/4/39358>

**Desafios conjunturais da construção de um projeto nacional popular e democrático no Brasil**

SILVA, Roberto Marinho Alves da  
SILVA, Ronalda Barreto

SENADO FEDERAL - Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal destinada a investigar a contabilidade da previdência social (CPIPREV). **Relatório Final**. Brasília: Senado Federal, 2017.

SILVA, Ronalda Barreto. **As raízes do neoliberalismo**. In: Revista da FAEEBA, Salvador, n.º. 15, p. 157-168, jan/jun, 2001.

SINGER, Paul. **Repartição da renda: pobres e ricos sob o regime militar**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

SOUZA, Jessé de. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TAVARES, Maria da Conceição. **Restaurar o Estado é preciso**. Revista Insight-Inteligência, ano XX, n. 79, out.-dez. de 2017, p. 201-204. Disponível em: <http://insightinteligencia.com.br/pdfs/79.pdf>

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento**. Revista Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

WILLIAMSON, John e KUCZYN. Pedro-Pablo. **Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina**. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.